



UMA INTRODUÇÃO AO
PLANEJAMENTO URBANO
DE ILHA COMPRIDA

Marília Britto Rodrigues de Moraes

MEIO AMBIENTE

**MARILIA
BRITTO
RODRIGUES
DE MORAES**

Marilia Britto Rodrigues de Moraes – Mestranda, arquiteta da divisão de Planejamento do Litoral da Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

RESUMO

O trabalho relaciona aspectos da teoria e prática do planejamento ambiental urbano, retomando na história recente idéias e eventos um pouco esquecidos pela geração formada na cartilha modernista. Aborda a figura da APA – Área de Proteção Ambiental como veículo para se atingir a melhoria da qualidade de vida, através da gestão e zoneamento, sendo importantes os agentes causais, atores e o processo em si. A Ilha Comprida, no litoral sul do estado de São Paulo, reúne elementos característicos do processo de ocupação e urbanização brasileiros, demandando soluções novas e urgentes, quando se apresenta uma oportunidade para fazê-lo.

ABSTRACT

This paper links theoretical and practical aspects of the urban and environmental planning, taking events and ideas on history not so presents in the generation formed by modernists lessons. Approaches the APA – an environmental protected area – as a vehicule for a better life quality, by zoning and managing plans, attending to causes, actors and the process itself. Takes the case of Ilha Comprida (Long Island), in the south coast of São Paulo, that congregates typical elements of the brazilian ocupation and urbanization process, recquiring urgent and new solutions, when there is an appportunity to do it.

INTRODUÇÃO

Às vésperas da virada do milênio, com a preocupação do “bug” dos computadores nesta Era técnico-científico-informacional, a urbanização e o meio ambiente apresentam-se como problemas, não como soluções para a vida do homem.

As transformações deste século foram tantas e em tal velocidade que mesmo historiadores do calibre de Hobsbaum se espantam, chamando-o de Era dos Extremos.

E é em situação extremada que as cidades e a degradação ambiental se encontram, apesar de termos nos acostumado aos exageros típicos do modo de vida que teimamos em não mudar: mídia, comunicações, transporte, toda a tecnologia criada e produzida mais confunde que explica. “Defensores” da cidade se opõem a ambientalistas, quando a crise exige junção de esforços. O discurso “verde” cansa os arquitetos, porém, as novas gerações encaram com naturalidade a preocupação ambiental, buscando, os jovens arquitetos, essa integração.

Daí a idéia de aqui interligar idéias, teoria e prática, passado e presente com vistas ao futuro. O homem tanto insistiu em domar a natureza e agora não sabe como tratá-la. Melhor faziam as sociedades consideradas atrasadas, com quem – constata-se – muito podemos aprender. Mas para isso é preciso humildade e mudança de objetivos de vida, o que não é fácil de fazer.

Nesse contexto Ilha Comprida, APA que se tornou município, quer buscar uma saída sustentável de desenvolvimento, considerando os recursos naturais, culturais e paisagísticos de toda a região lagunar como potencial a ser – bem – explorado. Este trabalho é uma introdução ao processo conjunto entre instâncias de governo e sociedade.

NATUREZA, PAISAGEM, MEIO AMBIENTE

Ainda que intrincados, os significados desses termos não têm sido tratados interativamente de modo a resultar em ações integradas.

Explico melhor: em diferentes épocas a preponderância de um sobre os outros foi motivada por fatores particulares e com reflexos até discordantes, como se não fizessem parte de um mesmo repertório e de um mesmo contexto. São elementos de um conjunto, que respectivamente retratam momentos de um processo, conjunto esse que inclui o homem e sua trajetória.

A paisagem retrata as intervenções do homem sobre a natureza, ambos incluídos em seu meio. Ele se utiliza de seus recursos e gera energia e poluição, necessitando do ambiente natural para a manutenção da sua vida. O grau de entropia é um indicador do sucesso das operações processadas considerando o estado de conservação desse meio. A paisagem é outro indicador, considerando outros aspectos desse meio, um tanto mais subjetivos ou incomensuráveis, por vezes. Mas com igualmente relevantes repercussões sobre o homem e seu meio, ou vice-versa.

Nesse processo de apropriação pelo homem da natureza houve múltiplas fases, a própria idéia de natureza mudou conforme o desenvolvimento do homem.

O homem primitivo temia a natureza, suas forças, manifestações, dádivas, elementos. A partir dos gregos e seu estudo da filosofia a visão pretende ser um pouco mais “científica” (o sagrado ao lado do conhecimento); com os romanos e o direito, a visão é também animista, ou seja, está ligada a deuses, mas com questões mais práticas como a de seus domínios. Os egípcios respeitam a natureza – significa alimen-

to (os homens se alimentam de animais, que se alimentam de vegetais). A visão da Igreja traz a natureza a serviço do homem, que está a serviço de Deus. O Renascimento leva o homem a querer conhecer a natureza de forma sistemática. Movido pela busca do Paraíso, o homem das grandes “descobertas” busca riqueza. E no século 17 o homem das ciências vai conhecer as plantas, os animais, o próprio homem, que está fora, acima da natureza. O conhecimento e a técnica, as ciências, possibilitarão ao homem domar a natureza, usá-la para seu progresso (Costa, 1996).

Com a Revolução Industrial, a natureza identifica-se com a paisagem rural, onde a ocupação humana é menos marcante, e é um pouco a visão que temos. Dependendo da classe sócioeconômica podemos encontrar diversos entendimentos de natureza.

A visão iluminista desenvolve as ciências de forma classificatória, isoladamente, construindo as bases da postura científica até os nossos dias. O contraponto a essa postura começa com o surgimento da ecologia e a defesa do planeta dos ambientalistas, quando o homem passa a ser, se não o elemento mais significativo dentre todos os seres vivos, aquele responsável por sua preservação. De fato, pela primeira vez na história o homem tem que defender a natureza ao invés de defender-se dela (Ragon, 1986).

Odum (1983) define ecologia como o estudo do “ambiente da casa”, ou do “lugar onde se vive”. Economia, palavra que deriva da mesma raiz grega *oikos*, poderia ser traduzida por “manejo da casa”

“Casa”, por sua vez, é uma palavra próxima dos arquitetos, cujo ofício é a arte e a técnica de construir abrigos. Uma concentração de casas tem muitas outras funções além de abrigo, exercidas num ambiente urbano.

Mas o urbano não significa mais apenas a *urbs*, não quer necessariamente dizer cidade, estendendo-se a suas ramificações: ao uso que se faz do território em função das cidades, independentemente da localização ou densidade. Assim, uma decorrência das cidades e da sociedade que as fez crescer e multiplicar é a necessidade de lazer *fora delas*, seja numa segunda casa, seja pelo turismo. Sociedade fruto da indústria, a sociedade urbana transforma o lazer, a construção e o turismo em outras “indústrias” Indústrias que transformam recursos naturais: paisagens e cultura, além da vegetação, solo, clima etc.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO

A paisagem retrata o processo de ocupação efetuado pelo homem. A forma e objetivos desse processo são claros aos olhos de quem observa seus indícios.

O Brasil teve uma ocupação movida pelo colonialismo mercantilista. Não era, exatamente, um processo de ocupação para povoamento, mas ocupação para exploração. O povoamento era importante para defesa contra outros exploradores, basicamente. Portanto, não havia a intenção de ocupar adequadamente a terra para construção de uma nação, e, sim, projetos militares, com equipamentos e serviços básicos. Vem daí o velho e conhecido xadrez, modelo de implantação de arruamentos, na verdade entrepostos de mercadorias, coletoria de impostos, igreja e sede do poder da coroa.

Diferente de todo o processo de ocupação europeu e mesmo norte-americano, a América Latina teve um modelo-padrão de assentamentos que marca até hoje a feitura de loteamentos nas porções mais distantes do país. E a divisão das proprieda-

des? Nada mais fácil que a partir do Meridiano de Tordesilhas traçarem-se as retilíneas capitanias hereditárias.

O litoral foi o primeiro estágio da ocupação portuguesa, assim como alvo dos ataques e influências de outros europeus que disputavam as terras e seus recursos. É, portanto, a porção mais alterada do território e mais densamente ocupada.

Entretanto, condições naturais adversas à entrada e ao assentamento humano mantiveram algumas regiões pouco ou nada ocupadas. Pelos colonizadores, pois originalmente estavam presentes os índios – ou para aí afluíram fugindo às ameaças de extermínio dos europeus. E alguns negros, fugindo à escravidão.

Nesses lugares “esquecidos” pelo progresso é que se puderam desenvolver povos e comunidades específicas, que de certa forma mantiveram-se à margem da sociedade “desenvolvimentista” das elites. São os caipiras, no interior, os caiçaras, no litoral. Fruto da miscigenação, as crenças, hábitos e modos de sustento foram sendo construídas a partir de suas fontes de origem e em processo de adequação ao novo meio, só conhecido pelos indígenas, mas com aportes de técnicas e culturas dos chegados. E adequaram-se tão bem aos seus sítios que se tinha a impressão de que estavam desocupados, intactos e virgens. Preservados e conservados, sim, mas manejados e ocupados (Diegues, 1995).

É o caso do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá, nos limites entre São Paulo e Paraná. Depois de explorado (porto, ouro, arroz) foi deixado com seus habitantes tradicionais. Sítio de difícil ocupação, constituído de mangues, florestas, lagunas, tem solos que teimosamente vêm se mostrando com baixo potencial agrícola, ao contrário do alto potencial aquícola-pesqueiro. Em termos de biodiversidade

representa os maiores índices brasileiros, com espécies raras, algumas em vias de extinção.

Nesse contexto a Ilha Comprida tem características especiais: função de “barreira” da região lagunar de Iguape e Cananéia, é uma restinga de formação recente e típica do gênero (Maretti, 1989; Mc Harg, 1969).

Imprópria à ocupação nos termos característicos brasileiros, foi, no entanto, vítima de intensa especulação imobiliária. Mais de 300 mil lotes foram desenhados algumas vezes uns sobre os outros, em banhados, dunas, cordões arenosos, cursos d’água, sem falar na própria mata de restinga. Além disso, os *sambaquis* presentes testemunham a posição estratégica e riqueza alimentar que o local propiciava já às populações antigas (Uchoa & Garcia, 1978).

A reação do homem foi então a de restringir a ocupação: começou a criar a legislação ambiental com o caráter que mantém basicamente até hoje. A partir da década de 70, encontros internacionais vieram levantando a problemática ambiental, originando um movimento, o ambientalista, que teve como consequência em nível governamental, a criação de diversas áreas protegidas, sob diversas classificações: parques, reservas ecológicas, estações ecológicas, entre outras, de caráter preservacionista e pressupondo-se a inexistência de ocupação humana.

Tal fato trouxe consequências extremamente negativas para as populações tradicionais aí presentes, pois a região foi alvo de diversas *unidades de conservação*, como hoje são chamadas.

Dentre as chamadas *de uso direto*, as *Áreas de Proteção Ambiental (APAs)* permitem o desenvolvimento de atividades e presença humanas, visando mesmo a melhoria da qualidade de vida dessas populações, além de proteger os atributos que originaram sua instituição. Na região é o caso

da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, em São Paulo e a de Guara-queçaba no Paraná, ambas federais, e a APA de Ilha Comprida e da Serra do Mar, estaduais.

Com relação às demais unidades de conservação presentes na região, elas têm um papel complementar de proteção e de utilização racional, formando um grande conjunto integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

No caso da primeira, a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, um dos atributos a ser protegido é a manutenção dos padrões de subsistência historicamente estabelecidos pelos caiçaras (SMA/ Ibama, 1996). E, no caso da Ilha Comprida, o grande motivo foi defendê-la da ocupação absurdamente imprópria a suas características naturais, movidas por intenso processo imobiliário (SMA, 1989).

A área de proteção ambiental precisa de sua população compreendendo os objetivos, participando das iniciativas e conservando o potencial através de iniciativas de desenvolvimento sustentável, estabelecendo parcerias e em conjunto com os segmentos e respectivos interesses da sociedade envolvida. Trata-se de uma negociação para o estabelecimento e cumprimento de um acordo que envolve planejamento e implantação de projetos, com possibilidade de ganhos para todos.

Hoje se pensa assim, mas há uma década atrás não havia condições para isso. A APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, cujo decreto é de 1984 e foi objeto de regulamentação em 1996 terá sua proposta de zoneamento discutida em 1997 com o apoio de um Comitê Gestor, que deverá levar adiante o Plano de Gestão acordado, resultado de um processo minimamente participativo (em função dos prazos).

A regulamentação da APA da Ilha Comprida, oficializada em 1989, terá que ser revista, quase dez anos depois. Revisar o

quê e para o quê? Uma nova proposta de ocupação da Ilha Comprida deve ser o centro da discussão entre estado, município e população. Mudaram as condições políticas e há a oportunidade ímpar de realizar um projeto discutido, com parcerias, inovador, para o que são necessários alguns condicionantes básicos que devem ser sistematizados.

A partir da definição de arquitetura como “toda e qualquer intervenção no meio ambiente criando novos espaços com determinada intenção plástica para atender a necessidades imediatas” (Lemos, 1982), a ligação com outro ofício – o urbanismo – é evidente.

Já não é tão fácil definir esse tal de “urbanismo”, havendo quem propusesse até mesmo uma “urbanologia” (Ragon, 1986), mas ambos pressupõem um projeto e um planejamento, teóricos ou experimentais, sendo que se sabe e se controla muito mais esse processo com relação a uma casa do que com a cidade. Também a inter e transdisciplinaridade demandadas pelo urbano e o ambiental são bastante mais complexos.

A regulamentação existente compõe-se de um zoneamento funcionalista, muito mais numa tentativa de frear a ocupação. Ratificava, de certa forma, o que se considerava inevitável – a urbanização do Boqueirão de Iguape. A Zona de Vida Silvestre foi definida também com base na relação mantida com o continente.

Sobretudo conhecia-se muito pouco sobre a situação dos loteamentos, proprietários, propriedades e “propriedades” Uma medida de emergência frente a um quadro que se impunha, sob a ameaça de conclusão de uma ponte que descarregaria milhares de turistas. Para a conclusão dessa ponte, hoje, trabalha-se para o atendimento às recomenda-

ções feitas pelo Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente) entre as quais um plano de uso e ocupação do solo.

Manteve-se de qualquer forma, a relação com o plano regional que se elaborava na época: o Macrozoneamento do Complexo Estuarino – Lagunar de Iguape e Cananéia (SMA/CPLA, 1990), preocupação que se mantém.

PLANEJAMENTO E PROJETO

A definição de um projeto, no jargão dos arquitetos, pressupõe um “partido” que seria “a consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou determinantes, ou condicionadores” (Lemos, 1982, p. 9), os seguintes:

- a. A técnica construtiva, segundo os recursos locais, tanto humanos, como materiais, que inclui aquela intenção plástica, às vezes, subordinada aos estilos arquitetônicos.
- b. O clima.
- c. As condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém.
- d. O programa de necessidades, segundo os usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor.
- e. As condições financeiras do empreendedor dentro do quadro econômico da sociedade.
- f. A legislação regulamentadora e/ou as normas sociais e/ou as regras da funcionalidade.”

É evidente que essa abrangência exige interdisciplinaridade, cabendo ao arquiteto a visão do todo e caminhos sugeridos, a serem detalhados e discutidos pelos especialistas das diversas áreas envolvidas.

Haveria diferenças para os projetos de uma casa ou de uma cidade ou de uma determinada porção de território? Claro que aquelas inerentes a cada escala do projeto, mas há que se

reconhecer que quer trate-se de um lote, um bairro, uma cidade, ou de uma região, cabem um projeto e um planejamento.

Também deve-se considerar a abordagem das diversas escalas entre si, as inter-relações estabelecidas pelos interesses e/ou temáticas precípuas a cada nível: local, urbano e regional. E – importante – aqueles que são afetados diretamente: a população envolvida.

No caso da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe tais premissas foram levadas em consideração para a proposição a ser discutida: unidades de gestão que vão além da própria APA, considerando o entorno e as unidades de conservação presentes, as diversas unidades de paisagem como interação entre geomorfologia, vegetação e uso e ocupação da terra, levando em conta, nas diversas escalas, a Reserva da Biosfera, a parcela paranaense, verificando setores funcionais, o Macro Sul (como é chamado) e as especificidades locais a serem gerenciadas. Não se trata, portanto, de um zoneamento: são unidades a serem gerenciadas, relacionadas com o todo: desde o objetivo global até os particulares, locais – a serem discutidos com a sociedade.

Espera-se para a APA da Ilha Comprida o mesmo procedimento: uma avaliação do contexto geral – como a ilha se inclui nesse todo – o que se pretende para esse município e, especialmente, o que esperam seus habitantes.

Há quem possa questionar o ponto referente ao empreendedor – quem seria o empreendedor no caso do planejamento, que condições financeiras apresenta ou é capaz de reunir? E é justamente aí que reside um dos principais problemas do planejamento regional, do planejamento urbano ou do desenho urbano, como se queira e, claramente, numa APA. Quem paga a conta?

Se olharmos para as diversas áreas de proteção ambiental estaduais, cerca de 16, vemos que muito poucas foram regulamentadas e, praticamente, não foram implementadas no sentido de obtenção dos objetivos. Essa experiência com uma APA federal suscitou problemas e necessárias soluções (ou não) desde o nível de integração interinstitucional – Estado e União – além da pretendida integração com os municípios.

A população em geral não sabe bem as diferenças entre parques, estações ecológicas, APAs, o que é reserva da biosfera, existindo alas favoráveis e contrárias à conservação ambiental: ambientalistas, em geral de origem urbana e sob forte influência e informação internacionais, e os afetados pela legislação que criou tais unidades: a população residente, prefeituras e empresários, para falar nos mais presentes.

Dessa nebulosa idéia que fazem da questão – ou questões – ambientais, restringem-se aos aspectos de “não pode fazer nada” ou “tal espécie ameaçada” ou “e o homem?” Enfim, são frases e idéias preconceituosas e estereotipadas, que mais impedem a desejada interlocução entre os diversos setores que ajudam a atingir os objetivos perseguidos, seja de “preservação”, seja de “desenvolvimento”

Pois é justamente buscando o equilíbrio entre esses dois objetivos que se pretende desenvolver, sim, o conceito e objetivos de uma APA, qualificando-os e, se possível, quantificando-os. Sabe-se que o termo “desenvolvimento sustentável” envolve uma quantidade imensa de dúvidas e incertezas, o que só poderá ser abrandado a partir de experiências e projetos-piloto para posterior avaliação.

Outro ponto que se coloca com relação às APAs é exatamente sua principal diferença com relação às demais unidades de

conservação: a manutenção da propriedade particular, impondo, no entanto, restrições de uso, exploração, ocupação e tantos outros. Esse fator impõe à implantação efetiva de uma APA necessariamente um acordo entre as diversas partes envolvidas, o que apenas recentemente vem sendo considerado com seriedade nos processos de regulamentação. A própria legislação ambiental já o faz, quer pelo código florestal, quer pelo decreto federal 750, que protege a Mata Atlântica. Portanto, busca-se a articulação e esforços sistematizados e acordados entre as diversas partes para uma determinada porção do território. Ainda assim, a dificuldade de comunicação e desconfianças mútuas são imensas, resultado de posturas radicalmente opostas vindas desde os primórdios da defesa ambiental no Brasil.

Hoje, pretende-se discutir o que “pode” e o que “não pode” numa APA num círculo ampliado: universidade, empresários, população local e tradicional, governos.

Voltando à questão dos recursos financeiros, a proposta da APA CIP foi feita levando em conta a quantidade mínima desses frente às necessidades. Mas é preciso formular projetos e “ir atrás” desses, pois, consta, existem (v. Agenda 21). Daí a conformação de um Comitê Gestor capaz de elaborar projetos setoriais (espaço e/ou tema) de maneira programada e implementá-los, pois o poder público sozinho não tem condições para isso. Além disso, há que se preparar tecnicamente setores locais, seja através de ONGs, associações de bairros, etc., para que possam estabelecer parceria e conseguir elaborar e implantar projetos.

Outra recorrência do planejamento dito ambiental é com relação ao urbano. Até há pouco tempo ignorado pela maior parte dos defensores ecológicos, a variável ambiental vem entrando na administração municipal, nos planos diretores,

criando-se Secretarias de Meio Ambiente com programas voltados aos problemas ambientais urbanos. É preciso melhorar os níveis de entropia e qualidade da paisagem da cidade, verdadeira usina de dejetos, efluentes, barulhos: poluição do ar, do solo, sonora, águas e visual.

No caso da APA CIP foram cuidadosamente deixadas fora de seu perímetro as sedes municipais. Entretanto, enquanto gestão eficiente, devem ser monitoradas e integradas ao entorno, pois é dele e para ele que se dirigem os focos de degradação urbana. O quadro urbano consiste no setor mais reigente a propostas de modificação de cultura e comodismos consumistas. O conceito e diretrizes para as “cidades saudáveis” (Sachs, 1993) são os mais difíceis de serem trabalhados e (per)seguidos. Onde a sociedade de consumo se baseia e nutre suas expansões no campo, onde se fabricam necessidades e desajustes, e onde cada vez se torna mais difícil a interação das partes no todo – fisicamente, pelos congestionamentos de todas as redes de comunicação e circulação, espiritualmente, pela falta de identidade do indivíduo com os demais e com o entorno.

Se o quadro das grandes metrópoles e suas funestas consequências começam a ser debatidos em diversos fóruns por diversos especialistas, o caso das cidades turísticas, aquelas que se desenvolveram financeiramente a partir de loteamentos e condomínios de “segunda residência”, têm fatores complicadores um tanto diversos: sazonalidade, com reflexos na economia formal e informal, na paisagem, na vida de seus habitantes, no dimensionamento da infra-estrutura e na capacidade de sobrevivência cultural de seus habitantes. Vistas como a Meca do relaxamento e saúde para as famílias das grandes cidades, reproduzem padrões cotidianos onde quer que vão, sem levar em conta os padrões culturais locais.

Com o êxodo rural, as cidades passaram a abrigar representantes de sociedades formadas para conviver no campo, na mata, meio que manejavam sem dominar (dominavam as técnicas para seu manejo), marginalizando-os na crescente competição no mercado de trabalho. Assim, não dá para pensar em critérios de gestão de uma APA sem considerar as interferências urbanas, ainda que fora de seus limites.

A APA da Ilha Comprida, por sua vez, apresenta um quadro ainda mais peculiar. Trata-se de uma parte do contexto ambiental mais amplo acima mencionado, portanto com condicionantes de nível regional. É uma ilha e é um município. Um município novo. Sem graves problemas de dívidas financeiras, como a grande maioria das administrações municipais. Com um conhecimento ímpar da questão da propriedade da terra em seu território. Com planos para o futuro. E uma nova visão de futuro, a saber, de manutenção da paisagem natural e qualidade ambiental como atrativos para o turismo.

Elencar condicionantes e determinantes físicas, biológicas, de saneamento, estéticas, sócioeconômicas, enfim vindas de todos os aspectos a serem considerados, distinção feita às comunidades tradicionais: o homem que vinha se relacionando adequadamente com a natureza e está em vias de extinção. Eis o trabalho a fazer. Afinal, respeitemos o que “reza” a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe sobre a proteção das comunidades caiçaras... Como coadunar ambos anseios, das respectivas parcelas da população: pescadores/coletadores, comércio e serviço locais. Fragilidades ambientais e ambições de desenvolvimento econômico, falta de condições físicas para adequado funcionamento dos sistemas infra-estruturais usuais. E, sobretudo, a oportunidade – e a responsabilidade – de se construir uma paisagem.

VÉSPERAS DO ANO 2000

Não cabe aqui repassar a história do urbanismo desde seus primórdios, mas atermo-nos às principais etapas e marcos que têm relações com o Brasil e com a sociedade global, ou como define o prof. Milton Santos, consideremos o meio técnico-científico-informacional, sem perder de vista a força do lugar (Santos, 1996).

No nível mundial, os países hoje dito desenvolvidos sofreram as fortes conseqüências da Revolução Industrial: as condições sanitárias, sociais e políticas fizeram nascer algumas propostas de novos modelos de cidades. As cidades-jardins de Howard, concebidas entre 1880 e 1898, não são um mero projeto paisagístico e urbanístico, mas um projeto de vida, um novo modelo sócioeconômico: “seu objetivo era resolver ou pelo menos melhorar o problema da cidade vitoriana, exportando uma porção considerável de sua gente e dos seus empregos para novas e estanques constelações de novas cidades construídas em campo aberto, distantes dos cortiços e da fumaça – e, o que é mais importante, da especulação imobiliária – da cidade-gigante” (Hall, 1988). Essa idéia foi sendo distorcida, com aplicações distantes da original, constituindo bairros-jardins especulatórios (como em São Paulo, capital) ou subúrbios-jardim pelo mundo.

No Brasil, tropical que é a motivação sanitária fez de fato com que o governo investisse financeiramente em projetos de urbanização, sendo notório o papel nacional de Saturnino de Brito, com ênfase no saneamento (Gunn, 1997). É interessante notar que dentro da preocupação sanitarista, a vegetação era a princípio, bastante polêmica (Segawa, 1996). Mas na capital do país, Rio de Janeiro, a importância cientificamente defendida da vegetação vai justificar a criação de parques, o que se repetirá em outros planos como o de Belo Horizonte.

Estrangeiros estranhavam e creditavam o descrédito pela vegetação nas áreas urbanas à presença da floresta tão exuberante: pouco “civilizado”(?!?)

A história do planejamento, por sua vez, destaca a visão vanguardista, mesmo premunitória, de Patrick Geddes (1854-1932), conhecido como “pai” do planejamento regional, quem conseguiu estabelecer alguns “postulados” técnicos, como é o caso do levantamento como primeira atividade do processo.

Sob a influência francesa do significado que a *região* detém na França, somado à tradição escocesa, Geddes construiu “seu conceito de região natural, de que é um exemplo sua famosa seção de vale” (Hall, op.cit., p. 162). Chamado a elaborar um plano metropolitano, decide que “... para um levantamento mais geral e comparativo (...), são preferíveis os começos mais simples (...) a perspectiva clara, a visão mais panorâmica de uma determinada região geográfica, como por exemplo a que temos sob os olhos num passeio de feriado na montanha (...) Assim também uma bacia hidrográfica é, conforme salientou certo geógrafo, um item essencial para o estudioso de cidades e civilizações. Daí porque este simples método geográfico deve ser pleiteado (sic) como fundamental para qualquer tratamento realmente ordeiro e comparativo de nosso assunto” escreve Geddes em 1905.

Para Geddes “o planejamento deveria começar pelos recursos de uma determinada região natural, das respostas que o homem dá a ela e das complexidades resultantes da paisagem cultural” (Hall, op. cit., p. 165). Propunha que se traçassem cortes transversais (Seção de Vale) para verificar as relações entre clima, vegetação e vida animal, além de todos os tipos humanos: “ocupados diferentemente, esses povos (caçador,

pastor, camponês pobre e rico) passaram, cada um, a urbanizar os seus próprios povoados e aldeias com um tipo característico de família, de costumes e até mesmo de instituições; e não simplesmente de construções para moradia; embora cada um desses elementos contivesse em germe o estilo arquitetônico que lhe era adequado, desse jeito agrupam-se suas aldeias, de porto de pesca a floresta e desfiladeiro, de jardins e campos nas partes baixas a mina e pedreira nas altas”, escreve em 1925. Parece familiar?

Não poderia deixar de mencionar Lewis Mumford, que contribuiu para o estabelecimento das idéias de Geddes, e que escreveu nesse mesmo 1925 sobre “A Quarta Migração” na América, baseada “na revolução tecnológica ocorrida nos últimos trinta anos – revolução que tornou o atual esquema de cidades e a atual distribuição populacional inadequados para as novas oportunidades que se apresentam”, pois o automóvel e a rodovia proporcionavam acesso a mercados e fontes de abastecimento.

No Brasil os quadros rural e urbano, se construíram diferentemente, numa escala e padrões fundiários de poucas e grandes propriedades, a cidade como “sede urbana” de fazendeiros para fazer política e negócios e, posteriormente, para onde afluem milhares de pessoas que perdem sua ocupação no campo, seja após a abolição da escravidão, seja após as imigrações, seja com a industrialização tardia no país.

“Falar sobre o futuro da urbanização e das cidades é coisa temerária” (Santos, 1993), sendo quase certa a supremacia da população brasileira urbana sobre a rural. Advém daí uma série de problemas, que não cabem aqui. Mas, voltando ao caso específico central deste trabalho, a metrópole espalha-se de tal forma que atinge o litoral como um grande parque seu (Gunn, 1997), notadamente no caso do litoral norte e Baixada

Santista. O litoral sul, por ser “passagem” entre uma metrópole e outra, no grau de isolamento que ficou todo esse tempo, acompanha o Vale do Ribeira, do qual faz parte, na presença do homem no campo. O que é desejável, sob os mais diversos pontos de vista.

Com o turismo chegando também ao litoral sul e Vale do Ribeira, cabe questionarmo-nos sobre os impactos positivos e negativos, avaliá-los e discuti-los com os interessados. Não se pretende “embalsamar” as comunidades tradicionais para que virem atração turística, mas, sim, garantir a eles a possibilidade de continuar desenvolvendo suas atividades e cultura, e, pelo contrário, devidamente valorizados, com qualidade de vida aprimorada.

As tendências para o desenvolvimento do turismo apontam para uma expansão do mercado, principalmente das novas modalidades: rural, de aventura, ecológico, ou turismo ambiental, a região onde se localiza a APA de Ilha Comprida tem um bom potencial a ser explorado, demandando planejamento. A Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira¹ busca a implementação de um turismo sustentável como base de desenvolvimento regional, tentando responder à ecologia, pobreza, distribuição de renda, enfim, proposta integrada com a visão de desenvolvimento adequado para essa região.

“Os conceitos de desenvolvimento e turismo sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade do ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos. Isso porque o desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo em particular dependem da preservação de seus recursos de base” (Ruschmann 1992, in Ruschmann 1997).

Essa abordagem inclui uma série de mudanças de posturas seja do turista seja do receptor, mas é sobretudo a questão

¹ Programa do governo estadual, envolvendo seis secretarias.

do impacto verificado nas culturas tradicionais o que mereceria nossa menção.

É certo que num mundo em que os meios de comunicação atingem mesmo os lugares mais isolados verifica-se alteração nos padrões culturais das sociedades antes isoladas. A TV impõe seus modismos assim como cria necessidades de consumo, frustração, revolta e também lazer, notícia, informação. Essa região mantém localidades sem energia elétrica devido à distância ou falta de recursos financeiros para adquiri-la. Tem, por outro lado, uma fonte riquíssima de tradições culturais e folclóricas que tendem a desaparecer em breve. Aconteceu em inúmeros outros lugares. Ruschmann destaca que “os impactos negativos do turismo ecológico sobre o meio ambiente natural e sociocultural superam os positivos” alertando os órgãos governamentais e empresários do setor sobre a irreversibilidade de alguns danos, que podem mesmo comprometer a característica natural desses meios, “motivo principal da vinda dos turistas que buscam a experiência turística nos ambientes ecologicamente preservados” (Ruschmann, 1997). Daí a necessidade de planejamento conjunto, parcerias e discussão com a sociedade.

“A globalidade que a dimensão ambiental exige é fundamental para revelar o que, em cada lugar, é efetivamente um problema da paisagem. As implicações sociais, físicas e econômicas de cada tipo de ação do governo ou da iniciativa privada, serão as questões mais importantes a serem examinadas pelos projetos paisagísticos, esse conjunto de elementos é que deve fornecer os critérios válidos para a adoção ou a rejeição dos projetos” (Leite, 1994).

Hierarquia de polarização, zoneamento funcional, são métodos que não se reafirmam com a diversidade cultural e padrões específicos de cada lugar. São modelos abstratos,

que devem ser complementados, coadunados sintonizados com a percepção do lugar, resultando na valorização da paisagem, características representativas e culturais. A referência contextual é baliza para a organização do território, através das especificidades locais.

“A utilização da escala regional como referência desses projetos pode contrapor, à aplicação mecânica de formas generalizantes para o desenvolvimento ou para o progresso tecnológico, a procura de soluções adaptadas ao clima, aos recursos naturais, à sociedade, à cultura locais. Essas soluções específicas resultam de uma relação homem-ambiente que é diferente em cada lugar, têm como ponto de partida definições claras das funções da paisagem e estão relacionadas com a forma de interação entre os diferentes processos de organização regional” (Leite, 1994).

Voltamos, portanto, à questão do partido, das diversas escalas de trabalho e à consideração das particularidades locais como referência do projeto. Sawaya (1995) levanta a necessidade da leitura em pelo menos três escalas para a feitura de um projeto de edifício: contexto geral, bairro, local.

Cândido Malta (1992) ressalta a importância política do combate à especulação imobiliária, que aumenta o custo urbano e restringe os ganhos a poucos. Aponta como adequada a abordagem urbana através das unidades de vizinhança, a par da proposta de desenho urbano verificada em Del Rio (1990).

Devem ser pensados mecanismos urbanísticos como a contribuição de melhoria, transferência do direito de construir e outros que venham a contribuir para a solução do problema fundiário da Ilha Comprida.

Portanto, vemos que às vésperas do novo milênio, após propostas modernistas, discussões pós-modernistas, cabe

avaliarmos a possibilidade que se apresenta para a Ilha Comprida com a maior amplitude e debate possíveis. É preciso ver as causas do problema, avaliar os diversos interesses em jogo, decidir de forma democrática.

A questão abrange proteção ambiental e da população caiçara, urbanismo, paisagismo, estética e lucro, especulação imobiliária e empregos, pretendendo-se ganho para a maioria, revertendo em melhoria da qualidade de vida.

A presença da universidade, dos órgãos institucionais e demais setores precisa ser efetiva, na prática, agindo como co-partícipes dessa responsabilidade e, ao mesmo tempo, oportunidade. Muito se tem a ensinar à população e muito se tem a aprender com ela.

BIBLIOGRAFIA

- CAMPOS FILHO, CÂNDIDO M. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. 2. ed, São Paulo: Nobel, 1992.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Resumo da Agenda 21*; Rio de Janeiro, Centro de Informação das Nações Unidas, 1992.
- COSTA, José P. O. Notas de aula. Disciplina AUH- 837: *História da Paisagem Brasileira*, FAUUSP, 1995.
- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini Ltda., 1990.
- DIEGUES, Antonio C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
- GUNN, Phillip. Notas de aula; disciplina AUT 800: *Os processos de planejamento e de projeto urbano*. São Paulo: FAUUSP, 1997.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã – Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- IBAMA/ SMA: *Regulamentação da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe*. São Paulo: SMA/CPLA, 1996.
- LEITE, Maria Angela F. P. *Destruição ou desconstrução?* São Paulo: Hucitec/Fapesp, São Paulo, 1994.
- LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1979.

- MACEDO, Silvio S. *Paisagem, urbanização e litoral: do éden à cidade*. São Paulo, 1983. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- MARETTI, Cláudio C. *Exemplos de geologia aplicada a um processo de planejamento costeiro: cartas geológico-geotécnicas da Região Estuarino-Lagunar de Iguape, Cananéia e da Ilha Comprida*. São Paulo, 1989. Tese (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo.
- McHARG, Ian L. *Desing with nature*. John Wiley & Sons, Inc; 1992 (publicado originalmente em 1969).
- ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.
- RAGON, Michel. *Histoire de l'architecture et de l'urbanisme modernes – tome 3*. Paris: Casterman, 1986.
- RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável – a proteção do meio ambiente*. Coleção Turismo. Campinas: Papirus Editora, 1997.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel/ Fundap, 1993.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente – *Macrozoneamento do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia; Plano de Gerenciamento Costeiro*. São Paulo: SMA, 1990.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAWAYA, Silvio. Notas de aula. Disciplina AUP-801: *Produção arquitetônica e meio ambiente*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público – jardins do Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 1996.

* Trabalho originalmente elaborado para a disciplina AUT-800 – Os processos de planejamento e de projeto urbano – no curso de pós-graduação "Estruturas Ambientais Urbanas". FAUUSP, julho de 1997.